

GT 03 – O rural na história do Brasil

Grileiros, colonizadores e sitiantes: as peijas em torno da legitimidade da posse da terra no extremo noroeste paulista¹.

Beatriz Medeiros de Melo*
Maria Aparecida de Moraes Silva**

* Doutora e Pós-doutoranda pelo PPGS da UFSCar, mmelobeatriz@gmail.com

** Livre-docente, Profa Visitante no PPGS da UFSCar, maria_moraes@terra.com.br

Resumo: A ocupação do extremo noroeste, como ademais de todo o território paulista, foi constituída pelo avanço de diferentes agentes e pela disputa territorial entre eles, com diferentes armas. Nesse artigo, retomamos (através de pesquisa historiográfica e dos registros recolhidos da memória) os principais episódios desses conflitos: a entrada do homem branco e a dizimação da população indígena; a chegada massiva dos mineiros, os primeiros “fazedores de posses”; a atuação de grileiros e a organização dos projetos de colonização, que atraiu para aquela região ex-colonos, imigrantes, trabalhadores nacionais e seus descendentes, que adquiriram pequenos lotes, os sítios. Damos relevo, ao final, às peijas em torno da legitimação da posse da terra entre grileiros, colonizadores e sitiantes, cujos desdobramentos se estendem até os dias atuais, recaindo sobremaneira sobre os ombros dos sitiantes.

Palavras-chaves: grilagem; colonização; sitiantes

I - Índios, mineiros e colonizadores

A história de ocupação do extremo noroeste paulista foi, como a história de muitas porções de território ao redor do mundo que serviram aos projetos de expansão imperialistas e/ou capitalistas, banhada à sangue, todavia não tenhamos encontrado registros desse período na fala dos sitiantes. Os migrantes e imigrantes que são os sujeito-objetos centrais deste estudo que ora apresentamos chegaram à região no século XX, quando parte da história do lugar já havia sido literalmente apagada. Ouviam e reproduziam uma descrição que, ademais, é comumente utilizada para definir toda região de ocupação recente: a de “sertão bravo”, de “terras desconhecidas”, lugar de mata virgem e desabitado. Foi desse modo que muitos dos homens e mulheres que entrevistamos definiram a região antes da chegada de seus ascendentes.

Entretanto, perguntamo-nos: sertão bravo do ponto de vista de quem? Terras desconhecidas para quem? Trata-se, percebemos, de um discurso produzido pelos

¹ Este texto é um excerto do primeiro capítulo da tese de doutorado defendida pela primeira autora e orientada pela segunda autora e financiada pela FAPESP, intitulada “História e Memória na contramão da expansão canavieira: a experiência de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista”, defendida em dezembro de 2012 pelo PPGS da UFSCar. Neste trabalho, nos debruçamos sobre o conflito entre a expansão recente da monocultura da cana-de-açúcar e a reprodução da pequena propriedade no extremo noroeste paulista. A análise das manifestações de resistência dos sitiantes neste contexto encontrou importante suporte (e lastro) nos relatos da história e da memória, parte dos quais são retomados nesse artigo.

colonizadores que, em verdade, teve a intenção mais profunda de deslegitimar o direito de posse de grupos indígenas, considerados “selvagens” e “não-civilizados”, e esconder as atrocidades cometidas durante o processo de tomada da posse das terras antes comunais². O resultado para a história é que em função da violência simbólica exercida por meio do discurso e da violência física exercida sobre a população, pouco se encontra na memória coletiva da região sobre a presença indígena, e poucos são os descendentes destes indígenas que podem ser encontrados (ou talvez poucos sejam os que reconheçam essa descendência). Entre os agricultores entrevistados apenas uma senhora, Maria Donda, reconheceu ter descendência indígena: conta que o seu bisavô materno tinha sido “pegado no laço” quando observava, de um pedaço de mata, uma fazenda recém-instalada na região. Tal descendência deixou rastros nítidos na fisionomia de dois de seus filhos que possuem a pele morena e os cabelos negros e lisos.

E embora nos relatos da memória não encontremos referência a esta população indígena, em certa literatura produzida por geógrafos e sociólogos há registros de que os primeiros habitantes da região foram índios de ramificações da nação jê, de língua kaingang, chamados de Coroados, Bugres, Botocudos ou Cainguangues. Trata-se de um povo que ocupava uma parte significativa do interior paulista, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DARCY RIBEIRO, 1970, apud MURUMATSU, 1984). Recentemente, foram descobertos sítios arqueológicos no noroeste do Estado, atestando a presença de populações da nação jê há, pelo menos, 2.000 anos (ESTADÃO, 21/07/2007). Não se tem conhecimento do volume que esta população representava. Pierre Monbeig, em certo momento, os define como os primeiros pioneiros, aqueles que primeiro queimaram as matas e praticaram a agricultura. Deles, os pioneiros modernos herdaram, por intermédio dos caboclos, a prática da queimada. Mas os caminhos por eles traçados, seguindo os vales e os cursos d’água, provavelmente não lhes foram muito úteis, já que os pioneiros afastavam-se destas regiões, ocupando o continente (MONBEIG, 1971, p. 129-130).

Mas, ademais de terem sido dizimados durante a chegada da frente de expansão, ofereceram, a princípio, quando os pioneiros eram ainda pouco numerosos, resistência suficiente para retardar a chegada em massa do homem branco. São narrados momentos, como o desbravamento da região do ribeirão São Mateus (região de Assis), de recuo do homem branco, e de forte poder de resistência indígena, resultando, inclusive, no primeiro “trucidamento” de um plantador de café (MONBEIG, 1971, p. 131-132). Somente no momento em que o número de pioneiros aumenta e eles se dispersam pelo interior paulista é que assistimos ao declínio significativo da pequena população indígena. É o período da construção da ferrovia Bauru-Mato Grosso, entre 1890-1900, dos mais destemidos bugreiros e das mais violentas “dadas”. Uma parte da população

² Fenômeno assemelhado é narrado por Paula Hamilton (2006), pesquisadora que estudou a história Australiana, um país dominado, segundo ela, pelo mito que define a Austrália como um país *novo, sem história*, como muitas vezes se fala acerca dos países latino-americanos. A autora enfatiza o papel que as migrações exercem no sentido de contribuir com o apagamento dos rastros do passado: “Essa ideia de uma *tábula rasa* histórica é, evidentemente, uma história de colonos, de migrantes britânicos, contada por várias gerações de imigrantes ingleses e europeus. Memórias de invasões e da morte de povos indígenas são mais facilmente apagadas, ou pelo menos atenuadas, pela experiência migratória: os que chegavam não carregavam ‘o peso do passado’; vislumbravam uma nova oportunidade, um território vazio, vidas que podiam ser renovadas.” (p. 85-86). Pollak (1992, p. 2) também nos fala sobre a força ideológica (sem utilizar esse termo) contida nestas expressões que designam períodos históricos, como “anos sombrios” para designar a época de Vichy, ou os “trinta gloriosos”, que são os trinta anos posteriores a 1945. Para o autor, como também para nós, “essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a *percepções da realidade*, do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções” (p. 2).

indígena foi assassinada, outra contraiu (voluntária e involuntariamente) uma diversidade de epidemias até então desconhecidas por esta população.

Dessa herança indígena, quase nada subsiste. Se, em 1900 um grupo bastante reduzido de mil e duzentos grupos kaingang resistiu à invasão, em 1957, não passavam de 87 (MURUMATSU, 1984, p. 9). Nessa região do extremo noroeste paulista, nem mesmo o costume, bastante recente, de rebatizar o nome de algumas cidades com nomes indígenas, como ocorreu no Paraná, se reproduziu. Aí, os nomes das cidades remetem à herança daqueles que fundaram os diversos povoados, loteadores de terras ou grandes fazendeiros: advém, grande parte deles, de alguma associação com nomes de santos dos quais estes pioneiros eram devotos, de seus próprios nomes, ou dos de seus pais, mães, esposas e filhos (como se pode ver em NARDOQUE, 2007). Única exceção é o caso do município de Paranapuã, que em tupi-guarani significado “rio veloz”.

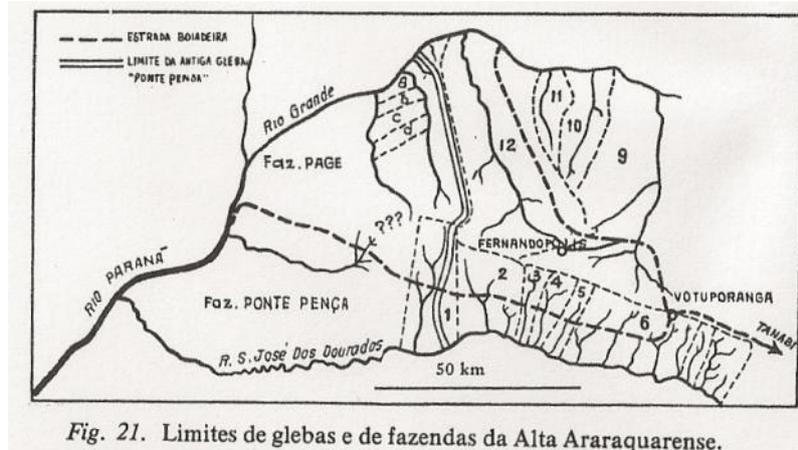
A partir de 1850 chegavam à região os mineiros. Foram eles os primeiros a enfrentar os índios, embora não tenham sido responsáveis pela franca dizimação desta população. Saíram de Minas fugindo da pobreza que a devastava com a decadência da mineração, das agitações da tentativa revolucionária de 1842 e, ainda, do alistamento obrigatório decorrente da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Entre o começo e o final da segunda metade do século XIX, os mineiros povoaram grande parte do interior de São Paulo, chegando-se a sugerir que os paulistas representassem apenas 20% da população em grande parte dos municípios. Fundaram e povoaram importantes cidades do interior, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Viradouro.

Seguiram os caminhos trilhados pelos índios na beira dos rios e vales, mas instalaram-se, sobretudo, nas planícies. Nos espaços varridos pelas queimadas, plantavam milho e deixavam soltos os carneiros (que forneciam a lã que as mulheres fiavam), o gado e os porcos, este último bastante tradicional em Minas Gerais. Vendiam seus rebanhos em Lençóis Paulista, Botucatu, e algumas vezes, chegaram até Sorocaba. Com a renda obtida compravam a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e o sal grosso para o gado. Praticavam uma agricultura de subsistência associadas à criação de rebanho, que lhes serviam como alimento e transporte para os conhecidos “carros de boi” do período (MONBEIG, 1971, p. 133-136).

Os mineiros foram, ademais, aqueles que deixaram heranças das mais significativas para os pioneiros que os seguiram, cujos resquícios podem ser encontrados ainda hoje na história econômica da região. Abriram os caminhos dos espigões que mais tarde foram povoados pelos pioneiros, construíram estradas boiadeiras que foram seguidas e tornaram-se importantes vias de circulação para trens e automóveis, estabeleceram povoados que jamais desapareceram completamente. Algumas dessas famílias mineiras adquiriram os títulos de posse das terras que ocupavam, aproximaram-se, por isso, dos primeiros cafeicultores e especuladores que chegaram à região. Alguns deles lucraram com a venda de terras e com o cultivo do café, tornando-se famílias tradicionais (MONBEIG, 1971, p. 137) cujas ramificações até hoje sobrevivem em alguns lugares.

Na região noroeste do Estado fala-se da influência mineira desde pelo menos 20 anos ante da chegada em massa dessa população, em 1850. Alguns documentos antigos registram a formação, nesta época, da gleba denominada São José da Ponte Pensa, de 208.000 alqueires, de posse de Patrício Lopes de Souza (MURUMATSU, 1984, p. 5). Toda a região conhecida hoje como microrregião de Jales está inserida nestas terras outrora chamadas de Fazenda Ponte Pensa, como se pode observar do mapa abaixo.

Figura 1: Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquarense



Fonte: MONBEIG, 1971, p. 217

Patrício Lopes de Souza, todavia, não efetuou uma ocupação tal como os mineiros que ocuparam as regiões mais antigas. Era sobretudo um “fazedor de posses” como se costumava dizer, “um latifundiário, autêntico representante da velha aristocracia mineira”. Mas com ele veio também o pequeno agricultor mineiro e outros trabalhadores nacionais, responsáveis por ocupar as terras ociosas e fazer-lhe a guarda, ou então ocupar sítios volantes (MURUMATSU, 1984, p. 10-12).

Mas foi sobretudo a partir de 1850 que levas de mineiros advindas de diferentes regiões alcançaram essa região da Alta Araraquarense: partiam de Araraquara, passando por Tanabi e São José do Rio Preto (também fundadas por mineiros); partiam de Mato Grosso do Sul, de Santana do Paranaíba, atravessando os Rio Paraná e passando por Porto Taboado (atual Rubinéia); vinham de Minas Gerais, atravessando o rio Grande e dispersando-se pelos arredores do Rio São José dos Dourados (MURUMATSU, 1984, p. 9-10).

Apesar da presença indiscutível dos mineiros na região durante o século XIX, atestada pelos documentos e pela literatura histórica, hoje se trata de uma população minoritária, e poucos são também aqueles que reconhecem ter uma ascendência mineira. Mais comumente contraíram uniões matrimoniais com descendentes de nordestinos. Como foi o caso dos pais de Otacílio Alves: um baiano de Livramento, na Bahia, que em Mendonça-SP encontrou-se com uma mineira e, juntos, migraram para a região de Jales em busca das terras que estavam sendo vendidas a baixos preços (entrevista realizada em 27/06/2010, município de Santa Salete).

Juntou-se a essa primeira leva de população branca (ou aparentemente branca) que chegou à região também os caboclos machadeiros baianos, que foram mão de obra importante à época da derrubada das matas. Pedro Nava, médico e destacado memorialista brasileiro que viveu na região do noroeste paulista na primeira metade do século XX, em importante obra (1983) que, ademais da narrativa sobre uma parte importante de sua trajetória profissional, descreve os lugares por onde passou com reconhecida riqueza de detalhes, assim define estes migrantes nacionais baianos: “grupo brasileiro de que veio o profundo espírito da terra encontrado pelo emigrante entrado depois” (p. 105).

Aos mineiros e baianos machadeiros, seguiu-se a vinda dos grandes negociantes de terra, assistidos por grileiros, agrimensores e advogados. A chegada destes coincide com o momento em que o Estado começava a demarcar e discriminar as terras devolutas na região, no ano de 1912. Desde então, passam a apossar-se de terras ainda inabitadas ou mesmo a iniciar pejejas legais pelo apossamento de terras antes ocupadas por mineiros, posseiros, latifundiários ou mesmo pequenos sitiantes. Como é o caso do famoso grilo Glória e Furquim, estudado por Luis Noboru Murumatsu (1984), que solicita a demarcação da Fazenda Ponte Pensa cujos primeiros registros atribuem posse ao mineiro Patrício Lopes de Souza.

É esse processo de grilagem e demarcação de terras o marco histórico da ocupação de todo o Oeste do Estado, quando o direito burguês legitima a posse da terra para o próprio burguês, reservando a ele o monopólio da terra (MURUMATSU, 1984, p. 17). Dessa forma, a grilagem contou com o apoio substancial do Estado, cujos tribunais endossavam a “fabricação” de títulos falsos de propriedade. Pierre Monbeig descreve com que “imaginação e habilidades diabólicas” funcionou a indústria da grilagem, narrando as diversas estratégias utilizadas, dentre elas o envelhecimento artificial dos papéis, a imitação de escrita e caligrafia fora de uso, a eliminação de documentos de posse anteriores guardados nos cartórios, etc. (1971, p.144). Esse processo se inicia em finais do século XIX e finda na década de 30 do século posterior. Essa indústria de grilagem em atividade intensiva, aliada à legislação fundiária e à característica do povoamento, caracteriza o Estado de São Paulo como fundamentado sobre a propriedade privada, ao contrário do que pode ser observado no Paraná, onde o Estado é detentor de grandes extensões de florestas (Ibid., p. 211).

II – A formação da pequena propriedade

Embora tal ocupação, como vimos, tenha se iniciado nas primeiras duas décadas do século XX, há depois disso, uma sequência de acontecimentos que vão concedendo novo impulso à compra de terras na região, realizados por diferentes sujeitos. Inicialmente, com o *crash* da economia cafeeira, a compra e venda de propriedades rurais surge como uma saída para equilibrar os lucros em decesso dos cafeicultores (IANNI, 2004, p. 36-37). Em seguida, com a inflação desencadeada com o fim da Segura Guerra, a especulação surge como a forma mais segura e rentável de aplicação de capital. Nesse momento uma parte significativa da burguesia (arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em São Paulo ou nas principais cidades do Estado) adquire o hábito de possuir uma reserva florestal (MONBEIG, 1971, P. 117-118). Ademais, José de Souza Martins (1989, p. 5-26) nos lembra que, nesse momento, a disseminação da propriedade familiar foi “um recurso para elevar o preço da terra, cuja medida deixa de ser o cálculo do lucro para ser a própria necessidade do pequeno agricultor”.

Passam a comprar aquelas terras griladas e demarcadas na primeira metade do século XX também uma diversidade de sociedades de estrangeiros interessados nos altos lucros vislumbrados pela possibilidade da construção de loteamentos. Eram portugueses, italianos, ingleses, japoneses. Traziam consigo um corpo de funcionários administrativos, como diretores, engenheiros, agrimensores, corretores, que participaram ativamente do momento de crescimento da importância dos centros urbanos das principais cidades da região (MONBEIG, 1971, p. 146).

Dentre os principais nomes de pessoas físicas e empresas, nacionais e estrangeiras, que adquiriram terras na região da Alta Araraquarense estão: Jonh Byng Paget (que nunca esteve no Brasil), Guilherme Schmidt, Companhia Agrícola Francisco Schmidt S.A., Almeida Prado S/A Comissária e Exportadora, Empresa Paulista de Colonização Ltda., Cia The Lancashire General Investment, Dr. Fernando Gomes, advogado, Dr. Euphly Jales, engenheiro, Dr. Alceu de Assis, advogado e outros. Grande parte deles comprou terras do grilo Glória & Furquim, ou receberam parcelas dela em pagamento pela prestação de serviços que possibilitaram a demarcação e legalização das terras. Deste último caso é característico o de Euphly Jales, (estudado em detalhes por Sedeval Nardoque), perito que demarcou as terras da Fazenda Ponte Pensa e que, adquiriu em pagamento, uma extensa porção de terras onde, mais tarde, fundou a Vila Jales. Ademais, efetuou um grande empreendimento de loteamento de imóveis rurais e urbanos (MURUMATSU, 1984, p. 20).

Uma terceira geração de compradores, que adquiriram grande parte de suas terras destes citados anteriormente, foram as grandes Empresas de Colonização, muitas delas fundadas por cafeicultores e ferroviários a fim de assegurar a reprodução de seus negócios, como foi o caso da Companhia Agrícola de Colonização S.A (CAIC) e a Empresa Paulista de Colonização, que adquiriram extensas glebas do “Núcleo Paget”, de propriedade anterior do inglês Jonh Byng Paget (MURUMATSU, 1984, p. 20). Além destas atuou também na região a Sociedade Brasileira de Colonização, de capital japonês e, já na década de 1950, a Sociedade Imobiliária Brasileira (SOCIMBRA). Foram elas as grandes responsáveis pela abertura dos loteamentos de pequenas propriedades rurais e dos imóveis urbanos nos primeiros povoados³.

A importância dos negócios ferroviários e dos loteamentos na ocupação da região da Araraquarense é um caso bastante singular, diferente de regiões de ocupação mais antiga, como a de Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas e Limeira, aonde os trilhos dos trens chegaram depois que as fazendas de café estavam em pleno funcionamento. Sergio Milliet (1941, p. 63) afirma que “nem em imaginação seria possível prever mais completo paralelismo, nem mais marcante exemplo da influência da economia sobre a demografia”.

A venda das terras na região de Jales e arredores foi sempre mobilizada em função da rede ferroviária e dos boatos sobre sua expansão. Quando, a partir de 1935, os trilhos da estrada de ferro se prolongam para além de Mirassol, entre os rios São José dos Dourados e Turvo, na direção do Porto Getúlio Vargas, imediatamente multiplicam-se os loteamentos em Tanabi, Cosmorama, Votuporanga e, em seguida, em Fernandópolis, Estrela do Oeste e Vila Jales. Para os pequenos agricultores que

³ Singular é o caso da CAIC, como o primeiro caso de associação de capital ferroviário, cafeicultor e colonizador. Seus fundadores eram, inicialmente, ricos fazendeiros cafeicultores – dentre eles a família Prado –, que, primeiro, ampliaram seus negócios para a administração de estradas de ferro, construindo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a fim de assegurarem-se melhor do escoamento de sua produção. Em seguida, ampliaram suas atividades para o transporte rodoviário e empresas de colonização, fundando a Companhia Paulista de Colonização, que iniciou suas atividades em 1938 loteando fazendas nas linhas da Estrada de Ferro Araraquarense, Mogiana, Noroeste e, mais tarde, na Sorocabana. Tal empresa tinha a função de empreender a venda de lotes nas regiões servidas pela estrada de ferro administrada pelo grupo, criando a demanda necessária de produtos agropecuários a serem transportados na ferrovia (MONBEIG, 1971, p. 238). Nas terras comercializadas pela CAIC a partir de 1946, originalmente conhecidas como “Núcleo Paget”, surgiram os patrimônios de Santa Fé do Sul, Porto Taboado (depois Rubinéia), Santa Clara e Santa Rita (MURUMATSU, 1984, p. 53).

adquiriram terras na região, a proximidade dos trilhos dos trens diminuía os custos necessários ao escoamento de sua produção, compensando até mesmo os custos superiores dos terrenos, valorizados em função da fundação dos núcleos urbanos nos arredores da ferrovia (MONBEIG, 1971, p. 228-229).

Entre as décadas de 1950 e 1960 todas as terras da fazenda Ponte Pensa haviam sido vendidas. Entre os anos de 1946-56 a CAIC venderia 1546 lotes rurais entre 5 e 30 alqueires. Poucos foram os lotes vendidos acima de 50 alqueires. O projeto colonizador, segundo enfatizou Murumatsu, “nasce na mesa dos dirigentes dessas companhias”. Por meio de cálculos que estabeleciam o tamanho dos lotes em função da rentabilidade esperada, da disponibilidade de mão de obra e das possibilidades de aquisição por parte do pequeno agricultor, é que se definia as extensões dos lotes a serem vendidos. Foi também construído, antes da chegada da Estrada de Ferro, um forte esquema de publicidade para atrair os colonos, potenciais compradores das terras. Um caminhão os buscava nos mais variados pontos da Alta Araraquarense, oferecendo aos interessados cerveja gelada, mulheres, e um discurso bastante enaltecido do futuro promissor que a região oferecia (MONBEIG, 1971, p. 49). Cartazes publicitários afixados nos vagões dos trens de passageiros e nos comércios de povoados dos arredores enalteciam “a presença, no loteamento, de tudo que é indispensável à vida material e também à vida espiritual dos clientes” (p. 235). Tratava-se, verdadeiramente, de um empreendimento capitalista, racionalmente voltado às maiores chances de comercialização e lucratividade.

Quando então cessa a importância dos projetos “colonizadores”, a economia local passa a depender tão somente da ferrovia e da agricultura, duas atividades que passam a funcionar de forma dissociada. Da agricultura são responsáveis, em grande medida, os pequenos proprietários de terras; no controle das finanças estão os ricos fazendeiros comerciantes e outras sociedades anônimas, dentre elas muitas de capital estrangeiro. Torna-se mais lucrativo para as grandes empresas transportar, comerciar e financiar do que produzir, e, desse modo, passam a controlar o processo produtivo. As relações de mando se transformam, do antigo “paternalismo” do “patrão” sobre seu “cliente” para relações comerciais estabelecidas entre as empresas e os pequenos proprietários. Pierre Monbeig, entretanto, ressalta que tal troca, embora tenha a aparência de uma emancipação dos menos afortunados, não os livrou da teia de extrema exploração que, todavia, passou a ser exercida por meio dos vínculos de dependência criados em relação aos financiamentos (1971, p. 240-241). As dívidas contraídas pelos pequenos agricultores e mesmo o interesse das ferrovias em diversificar os produtos transportados depois da crise de 1929, acabavam por determinar até mesmo os produtos cultivados nas pequenas propriedades.

Como resultado, então, do encontro dos anseios de acúmulo de capital dos loteadores capitalizados e do desejo dos imigrantes de serem donos de sua própria terra, é constituída a região caracterizada, ainda hoje, pelo predomínio das pequenas e médias propriedades, com uma grande diversificação de atividades agrícolas. Mas esse “encontro” de anseios não logrou constituir um período de ocupação tranquilo. Longe, disso, as pejejas que se desdobraram ao longo do tempo em função das “negociatas” realizadas entre grileiros e negociantes de terras constituíram longas tramas, algumas das quais têm desdobramentos até os dias atuais. Em geral, os mais prejudicados nestes conflitos foram os pequenos agricultores que adquiriram suas propriedades destes negociantes, alguns dos quais tiveram que pagar duas vezes para assegurar a posse da terra.

III – A querela e a revisão da história: colonizadores X sitiantes

A questão das grilagens e das “negociatas” foi tema de forte debate por duas vezes (em 2002 e 2006) na MRG de Jales, por meio do Jornal de Jales. Os debates foram suscitados num primeiro momento pela publicação, em 2002, de matéria noticiando a conclusão da dissertação de mestrado de um geógrafo jalesense, Sedeval Nardoque, que estudou a apropriação capitalista da terra no extremo noroeste paulista (NARDOQUE, 2002). Num outro momento, no ano de 2006, a questão voltou a ser discutida quando um valor significativo da receita pública do município foi “sequestrada” pela justiça para quitar uma parcela da dívida que o município contraiu com a família do fundador Euphly Jales quando da desapropriação de uma área de 16 alqueires, pertencente à família, nas franjas do perímetro urbano. A área foi utilizada para instalação do II Distrito Industrial.

Nesses dois momentos, tanto o bispo Dom Demétrio como o geógrafo Sedeval Nardoque tiveram papel importante no sentido de denunciar injustiças e malfeitos do passado que até hoje reverberam na vida de cidadãos e sitiantes. Num primeiro momento, Sedeval, noticiando os resultados de sua pesquisa, denuncia o violento processo de grilagem empreendido pelas empresas colonizadoras e por particulares que adquiriram terras griladas na região, destacando as “negociatas” empreendidas pelo próprio fundador da cidade, Euphly Jales, que se utilizou das mais diferentes artimanhas para apropriar-se de terras de outrem, assegurar domínio sobre as propriedades para, depois, loteá-las. Destacou, em seus escritos, o grave problema enfrentado por sitiantes que vivem nas Glebas 41a e 41b da Fazenda Ponte Pensa, de 1.900 alqueires, correspondente à área dos bairros Córrego do Manuel Baiano e Córrego do Coqueiro. Em suas investidas nos Cartórios de Registro de Notas da região, o pesquisador teve notícia de que estes quinhões de terra foram adquiridos (em juízo) por Euphly Jales em 1934 como pagamento por serviços prestados e não recebidos no ano de 1929. Entretanto, o suposto antigo proprietário delas, Alcides do Amaral Mendonça conseguiu reverter o processo vinte anos depois e reaver as terras para o seu domínio, quando Euphly já as havia vendido para sitiantes e, portanto, recebido pagamento por elas. Com a reversão do processo, muitos sitiantes tiveram que pagar novamente pela propriedade da terra para assegurar a posse⁴. Além deste caso, Sedeval denunciou outras questões: a injustiça evidente, depois de toda a especulação realizada por Euphly, de que a cidade pagasse uma dívida referente a uma porção de terras da família desapropriada pelo município (discussão que foi erguida pelo bispo Dom Demétrio); a extração da renda da terra realizada por meio da cobrança do laudêmio⁵.

Foi este um momento em que a população pôde discutir com bastante transparência a história do município, rever os “sentidos” do processo colonizador que os trouxe até a região e analisá-lo a partir de posições contrapostas expostas nos artigos semanais editados pelo jornal. A discussão foi “administrada” pelo editor-chefe do jornal, Deonel Rosa Júnior, de um modo bastante democrático. Muitas pessoas

⁴ Todo esse processo é detalhadamente descrito e analisado pelo pesquisador no segundo capítulo da tese de doutorado defendida em 2007, já citada aqui. O tema também pode ser acompanhado através das seguintes matérias publicadas no Jornal de Jales: NARDOQUE, 08/dez/2002, 26/fev./2006, 12/mar/2006, 14/mar/2006.

⁵ “...taxação baseada em princípios monárquicos (enfiteuse) a toda transação comercial com imóveis realizada na área central” do município de Jales. (NARDOQUE, 2002, p. 159).

publicaram artigos de opinião: pesquisadores, membros da Igreja, juristas e cidadãos comuns. E pelo menos três posições diferentes puderam ser percebidas no debate: de um lado, representados pelo advogado da família Jales, Lair Seixas Vieira, estavam aqueles que defendiam “a memória do fundador da cidade” a quem Lair afirmou, por diversas vezes dever “gratidão, respeito e amizade”; de outro, pesquisadores, membros da Igreja e agricultores, representados pelo pesquisador Sedeval Nardoque, que se indignavam com o “endeusamento” que a cidade dirige à pessoa do fundador da cidade, apoiavam a reescrita desta história e a revisão, pela justiça, de pejejas relacionadas aos “malfeitos” de Euphly que atingem diretamente o município e a vida de dezenas de famílias de agricultores. Um terceiro grupo se manteve numa posição de mais neutralidade, criticando, de um lado, as investidas contra a memória dos grandes “empreendedores” que colonizaram a região, e, de outro, reivindicando que algumas questões (como aquela da cobrança do laudêmio) fossem revistas por trazer “evidentes problemas para a administração municipal” e impedir o pleno desenvolvimento econômico da região.

Por entre as palavras e os sentimentos que foram suscitados por meio dos artigos pode-se perceber as “paixões” que o debate ergueu, evidenciando a importância da construção dos sentidos do passado e, também, dos sentidos construídos ao redor dos sujeitos que participaram da história. De um lado, falou-se das muitas e exageradas referências ao nome de um fundador (em nomes de ruas, prédios públicos e também na estátua erguida em praça pública) que, em verdade, grilou terras, usou de todo tipo de estratégia suja para conseguir títulos de propriedade e abusou da boa fé dos pequenos agricultores. De outro, houve manifestações de indignação às ofensas e acusações a um homem que, supostamente, foi responsável pela fundação do município, que fez esforços para que a Diocese da região fosse instalada em Jales, que “defendeu agricultores”, e que foi, no máximo, relapso no que diz respeito ao caso dos quinhões 41A e 41B, por não ter solicitado a emissão definitiva do título de propriedade no tempo previsto. E não só nas palavras utilizadas nos artigos como também em alguns atos decorrentes desta discussão se pode perceber a importância que a discussão tomou: no dia 12/03/2006 a estátua de Euphly Jales foi derrubada durante a madrugada; depois disso, uma instituição de ensino publicou uma moção de apoio ao pesquisador Sedeval Nardoque, que estava sendo duramente atacado por setores da sociedade jalesense e, inclusive, acusado de ter incitado a população a realizar o ato da derrubada da estátua.

Rever a discussão que se desdobrou no Jornal de Jales, sobretudo no ano de 2006, foi oportunidade extremamente valiosa para a análise que nos interessava naquele momento, por rememorar um conflito que deu origem a um dos episódios de resistência organizada dos sitiantes. Ademais, foi possível observarmos o processo por meio do qual a história recentemente reescrita pelo geógrafo subverteu a memória que muitos moradores da região guardavam sobre o processo de colonização e sobre a figura do fundador da cidade, e também como esta memória, fonte importante para a reescrita da história, ainda estava preservada na lembrança de diversos sujeitos que se envolveram nas pejejas ou que tiveram notícia delas⁶.

⁶ O processo aí desenrolado participa de um movimento contemporâneo mais amplo, bem descrito por Thomson Alistair (HAMILTON; THOMSON, 2006), ao analisar os diferentes caminhos por meio dos quais a memória coletiva passou a ser incorporada pelos estudos historiográficos: “No primeiro sentido, uma dimensão definitiva do estudo histórico acadêmico da geração passada foi a crítica à história convencional, por esta se fundamentar em noções extremamente restritas do que (e de quem) importa na história, e de como (e por quem) é gerada a mudança histórica. (...). Nesse esforço, não seria demais afirmar que a história oral – juntamente com outros artefatos, dados e ‘textos’ culturais – provou-se

Embora os agricultores não tenham participado ativamente no debate ocorrido no Jornal de Jales, durante as visitas às pequenas propriedades do município pude constatar que estes agricultores tiveram notícia da polêmica, que, no período, circulou por toda a cidade⁷. Ademais, entrevistamos também alguns dos envolvidos nas contendas, como a Sra. Maria Machado, também chamada de Maria do Coqueiro, que, quando era pequena, acompanhou parte do conflito no qual seu pai esteve envolvido enquanto um dos agricultores que comprou propriedades nas glebas 41a e 41b, aquela na qual alguns sítiantes tiveram de pagar duas vezes para assegurar a posse da propriedade comprada inicialmente de Euphly Jalles. Maria, a única agricultora que se manifestou publicamente naquele momento, escreveu um artigo para o Jornal de Jales num momento em que o Prof. Sedeval Nardoque estava sofrendo diversas represálias de setores da sociedade jalesense em função das denúncias que vinha fazendo. Tanto os relatos publicados no jornal como aqueles que ela me concedeu durante a entrevista são extremamente ricos em ilustrar o sofrimento que viveram aqueles agricultores e também a resistência empreendida por um grupo deles naquele período. Maria Machado conta o sofrimento vivido por seu pai e seus avós em função da pressão sofrida para que pagassem novamente pelas terras e explica como foi a organização de um grupo de agricultores, liderados por seu pai, que decidiu não fazer o segundo pagamento. Em seu relato também pode ser observada a disputa e a ambiguidade nas representações construídas em torno dos atores e dos atos que circundaram essa trama. Ademais, Maria nos explica porque decidiu se pronunciar nos jornais:

Sou agricultora, tenho 50 anos, nasci, cresci e vivo até hoje na chácara São Gonçalo no Córrego dos Coqueiros, onde existiu a tão famosa demanda Gleba dos Coqueiros. Minha infância foi marcada pelo terrorismo permitido pelos poderosos da época, que venderam terras griladas a meu pai, meu avô e centenas de agricultores inocentes que achavam que estavam comprando terras legalizadas.

Meu pai foi um dos líderes dos agricultores que lutaram pela resistência do não pagamento do acordo, que consistia em pagar novamente pelas terras. Hoje ele é o último dos pioneiros. Seus amigos, que foram centenas, foram vendendo suas terras por valores abaixo do mercado, temendo o futuro. Todos os dias famílias deixavam as terras com medo do terrível e tão pregado despejo. (SANTOS, 2006)

Maria: Foi... é que ele [Sedeval Nardoque] estava apanhando muito, eu achava injusto que ele estava apanhando, porque o que ele estava pregando eu assisti. (...). Eu não conhecia ele, mas eu achava que era necessário que alguém que viveu a história fizesse alguma coisa, independente de... Eu não tenho nada contra o pessoal que... Eu

crucial para o processo de superar noções convencionais acerca do que vale como história, e, portanto, do que a história pode contar. É nesse sentido que se pode falar – como meio de reunir essas amplas tendências acadêmicas – da memória subvertendo a história.” (p. 75-76)

⁷ As notícias veiculadas, além de terem chegado ao conhecimento dos agricultores, foram divulgadas em outros veículos de informação fora da região (jornais impressos e televisivos) e chamaram a atenção de instituições jurídicas: naquele mesmo ano de 2006, a OAB de São Paulo tomou para si a responsabilidade de investigar o caso da legalidade do laudêmio e falava-se do envolvimento do Ministério Público na questão.

coloquei aqui a história do meu avô e do meu pai, que foi o que eu vivi na minha infância, uma coisa que me marcou e que... (...). Eu acho que não é bem isso, eu acho que a notoriedade que ele despertou, uma atenção que talvez não era importante, mas independente é uma tese dele.

Pesquisadora: Dona Maria, me desculpa perguntar, mas por que a senhora achava que ele levantou uma questão que não era importante?

Maria: Porque existe uma história, e ele tentou mudar uma história. Eu digo isso, existe essa história e a história, independente do que aconteceu,... Eu não sei direito muito bem como as coisas aconteceram porque eu só li pelo jornal. (...). Meu pai não gosta de falar que o Euphly era grileiro, ele não gosta de dizer isso, enquanto o Euphly foi vivo ele deu sustentação para as famílias. Meu pai foi um dos braços direitos dele nessa questão da justiça. (...). Independente do que o Sedeval apresentou... Porque ele levantou a história da região, foi lindo o que ele fez, foi lindo, lindo, lindo! Mas meu pai vê a coisa de um jeito de quem sofreu na pele a questão e foi protegido até a última hora. Porque o Euphly protegeu ele até a hora de morrer, depois que morreu aí acabou, a história virou outra.

(...)

Quando eu tinha dois, três anos eu via meu pai reunir agricultores pra não pagar as terras, meu pai liderou os agricultores pra não pagar a terra de novo. Euphly falava: “Não paga, não paga”. Ele foi assassinado por causa dessa demanda. Enquanto ele era vivo ele deu assistência para as famílias. Meu pai era líder dos agricultores e meu pai fala que ele ajudou, apoiou, deu assistência para as famílias. (...). Eu nasci nesse conflito de terra, e pagava ou não pagava as terras de novo, e meu pai liderou. Era uma quantidade de terra! Eram 612 proprietários, meu pai foi liderando e a pressão era grande. Cada vez que pressionavam, um grupo fazia acordo e pagava. E meu pai e minha avó firme e forte: “Nós não vamos pagar!” (...). *Essa questão é muito bonita, uma luta pela permanência na terra. Por isso minha família tem essa vocação de não perder a terra, porque não foi só chegar da Bahia e comprar terra, foi a luta e resistência pra não perder a terra*⁸. Cada vez que vinha uma ordem que tinha que fazer acordo com os Mendonça, que os Mendonça queriam receber a terra de volta, meu avô resistia, botava todos nós em frente de casa, passava o jipe e estava aquela meninada toda na casa do meu avô. Na casa do meu avô o jipe não parava, porque sabiam que lá tinha muita gente, eles eram só três ou quatro no jipe. Essa resistência e permanência pela terra veio daí, não foi só vim da Bahia, foi comprar uma terra que tinha que pagar de novo. (Entrevistas realizadas em 20/07/2010 e 23/09/2010).

A fala de Maria Machado contém muitas informações acerca do ocorrido, elas mereciam ser mais bem esclarecidas para que se compreendesse o imbróglio. Essas explicações podem ser encontradas na tese de Sedeval Nardoque (2007). Para os intentos dessa pesquisa, entretanto, de analisar a resistência do pequeno agricultor, a

⁸ Grifo da autora.

fala transcrita acima dá uma contribuição valorosa, na medida em que destaca a importância do episódio descrito no sentido de reforçar os vínculos dos agricultores com o lugar e com a propriedade da terra. A memória da luta pela terra, de acordo com as próprias palavras de Maria Machado, reforça sua importância para a reprodução da família e o valor simbólico daquele espaço de reprodução da vida.

Ademais dos 13 agricultores que resistiram e não pagaram novamente pelas terras, encontrei famílias que tiveram que vender uma parte de sua propriedade para pagar novamente pelo direito à posse dela, como foi o caso da família Akamatsu e Ryugo. Segundo Eduardo Akamatsu, sua família adquiriu, num primeiro momento, 22,3 alqueires de terra e, mais tarde, depois de acumulado certo pecúlio, compraram outra propriedade de 12 alqueires nas proximidades. Em função da cobrança realizada pelos Mendonça, que reverteram a posse da terra para o seu domínio, a família teve que vender esses 12 alqueires que compraram num segundo momento, toda a produção de café e todo o gado que possuíam para pagar novamente pela posse da terra. José Ruygo, que também possui uma propriedade rural na região da contenda, passou pela mesma situação: vendeu cinco alqueires de terra e todo o gado que a família possuía para pagar não só pela propriedade da terra como também pelas custas do processo que abriram contra os Mendonça.

Alguns destes sitiantes, por um lado, se lamentam por não terem aderido ao movimento de resistência. Um sitiante afirma que “foi bobo” e que deveria ter lutado. De todo modo, buscaram outros caminhos de reparação e outros modos de comprovar a legitimidade de sua posse. Um grupo de 11 pequenos proprietários de terras abriu um processo jurídico contra Euphly Jales, aquele que os vendeu as terras sem que estivessem efetivamente sobre sua posse. A causa teve veredicto desfavorável em primeira instância, em Jales, mas favorável em segunda e terceira instância, em São Paulo e Brasília. Agora as famílias aguardam para que se inicie a negociação com Minerva Jales, esposa do falecido Euphly Jales. Vemos, desse modo, que passados cerca de 50 anos do ocorrido os sitiantes da região continuam lutando para defender a posse desse espaço de reprodução da família, seu patrimônio.

Entretanto, ademais de todo o esforço mais recente de desvelar os reais sentidos do processo de colonização por que passou a região, empreendido à base de violência e extorsão, e, ainda, de todas as consequências tortuosas para a vida de centenas de agricultores e cidadãos, um velho jargão ainda circula pela região: o de que ali ocorreu uma espécie de “reforma agrária natural” atribuída, tantas vezes, aos visionários colonizadores (lê-se grileiros, companhias de colonização, especuladores). Este é um discurso incrustado nas consciências há muito. Em 1965, em discurso durante a campanha eleitoral do município, Euphly Jales afirmava que promoveu uma “verdadeira reforma agrária” com a finalidade “de proporcionar aos colonizadores a oportunidade de progredirem” (NARDOQUE, 2007, p. 333). O memorialista Pedro Nava, na abertura do capítulo intitulado “Oeste Paulista”, que compõe o livro *O Círio Perfeito* (1983), também analisa a questão ao levantar as condições específicas que fizeram daquela uma região tão próspera:

...e última condição e não menos importante, a divisão das grandes glebas e a criação da pequena propriedade pelo grileiro – que a meu ver não foi bandido nem benfeitor (como querem uns e outros) mas

que foi ao menos o pioneiro da nossa inevitável reforma agrária. (NAVA, 1983, p. 105).

Esse discurso, ademais, foi encontrado nas falas de diversos agricultores que conhecemos. Ao questionar o editor do Jornal de Jales – que acompanhou de perto toda a discussão mais recente sobre a questão – sobre as razões pelas quais os sitiantes da região têm tanta dificuldade de assumir os reais sentidos do processo de grilagem na região, ele responde: “Ninguém gosta de ser passado pra trás.”. Ademais, nas conversas que tive com agricultores também tive a mesma impressão: o temor de que a análise da “natureza” do processo de colonização se confundisse com a análise da própria legitimidade da presença dos pequenos agricultores, que compraram as terras griladas. É como se, por isso, fossem algo cúmplices no processo de grilagem. E, desse modo, se configura uma situação de extrema ambiguidade e contradição, ademais de apontar para a construção ideológica que serviu ao escamoteamento da condição de exploração do colono, pequeno agricultor.

Para os menos afortunados, a passagem da condição de colono nas fazendas de café para a de pequenos proprietários também foi responsável por imprimir-lhes um pensamento um tanto ambíguo. Eles acabaram por se conceberem e orientarem sua prática pela “ideologia da mobilidade através do trabalho”, construída, entretanto, pela burguesia. Foi-lhe imposto que sua liberdade (a aquisição da pequena propriedade e a libertação das amarras do patrão) dependia do trabalho, ou, mais diretamente, do dinheiro. Esse pensamento não era um traço da cultura imigrante, foi-lhe imposto, num processo de construção simbólica, como projeto. Projeto que, contraditoriamente, sustentou o processo de exploração da mão de obra imigrante pela grande burguesia cafeicultora, ao mesmo tempo em que marcou a conduta destes sujeitos pela...

...frugalidade, pela economia das coisas, por um espírito absentéista e parcimonioso. Contraditoriamente, o trabalho é encarado como único meio através do qual possam adquirir a propriedade, a terra, um bem da natureza que não custou nenhum trabalho à burguesia. De fato, não custou nada a esta porque custou àquele. (MURUMATSU, 1984, p. 65).

Martins (1973) mostra, por meio da transcrição da fala de Antônio Prado em 1888, como os núcleos de colonização articulados por empresas particulares foram o solo por meio do qual se arquitetou a ideologia do trabalho, responsável tanto pelo sucesso do regime do colonato quanto da superação daquele momento de carestia de alimentos. Melhor do que os núcleos oficiais de colonização, aqueles empreendidos por particulares dirigiria o imigrante à maior produtividade nas colônias e, posteriormente, resolveria o problema da produção de alimentos.

A criação das condições compulsórias à canalização da força de trabalho do imigrante para a grande lavoura dependia, pois, do descortínio de princípios que superassem as limitações representadas pelos núcleos coloniais oficiais. Esses princípios foram finalmente

expressos num discurso de Antônio Prado ao Senado, em 1888, e constituem o quarto e último ‘momento’ na transição para a ideologia do trabalho da agricultura de exportação: “No entanto, a experiência tem demonstrado, pelo menos na província de São Paulo, que a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquele modo colocada será tanto mais frutuoso quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções de cultura, que só a prática pode dar, e que tanto variam da Europa para o Brasil. Em terra tão fértil quanto a nossa e em clima tão propício a várias culturas, o imigrante assim preparado chegará sem dúvida muito depressa a cercar-se de condições de bem-estar sem a prova sempre difícil, e às vezes dolorosa, de tentativas dirigidas pela inexperiência. Ainda quando, pois, tratássemos tão-somente de introdução de imigrantes para os estabelecimentos particulares, chegaríamos indiretamente ao resultado que almeja o nobre senador e todos nós almejamos, isto é: fazer proprietário o imigrante”. (...). Estamos, na verdade, perante a disseminação da ética capitalista, norteador e integrando todos os personagens do sistema. (MARTINS, 1973, p. 68-69)⁹

Por outro lado, também ambigualmente e como fruto do mesmo corpo de construções ideológicas, o pequeno proprietário expressava um sentimento de gratidão aos fazendeiros de café, que criaram as condições para que eles adquirissem a pequena propriedade, e à CAIC e aqueles que lhes concederam empréstimos, como os responsáveis pela concretização do sonho de libertação. Afirmavam que “foi graças à CAIC que se transformaram em pequenos proprietários, formaram seus filhos doutores, ascenderam na escala social”. Esta concepção é ainda mais latente no discurso dos vendedores de terras, realçada pela concepção propriamente empresarial. Outras vezes elabora-se entre os pequenos agricultores um pensamento mais realista, expresso na percepção, por exemplo, de que a “CAIC estava pouco ligando pro pequeno agricultor. O negócio dela era lucro. Comprava a terra por X e vendia a terra por Y”. Analisando os discursos e experiências dos diferentes sujeitos envolvidos no processo nesse período, Murumatsu (1984, p. 65) conclui, então, apesar da ambiguidade expressa, que o camponês compreende que não foram as empresas colonizadoras e nem os grandes cafeicultores os responsáveis por terem eles alcançado o “projeto” encetado com a imigração de seus ascendentes, projeto que hoje é motivo de orgulho familiar, apesar de todos os percalços atravessados para alcançá-lo.

Outro indício de que a sociedade de alguma forma compreendeu e digeriu as questões que têm sido levadas a respeito da grilagem é o fato de que aquele pesquisador responsável pelas mais profundas e respaldadas denúncias, foi homenageado pela

⁹ E embora tal ideologia tenha sido reforçada nesse período em função da urgência da resolução do problema da produção de alimentos e da mão de obra para as fazendas, construir uma atitude de *amor ao trabalho* num país com passado escravista foi preocupação de reformistas imperialistas desde a crise do antigo sistema colonial. “A panaceia da educação, como forma de erradicar os males da sociedade, terá nos reformistas seus porta-vozes constantes. Da geração da independência até os positivistas e republicanos, a inculcação dos *valores modernos*, através da educação e instrução, será defendida como a única forma capaz de acelerar a marcha do desenvolvimento nacional em direção à posição ocupada pelos países centrais. Entre esses valores, o que merece especial reforço e vulgarização é o *amor ao trabalho*. Num país escravista, ou de passado escravista, a difusão da valorização do trabalho não se fazia sem dificuldades e contorcionismo” (LOURENÇO, 2001, p. 17).

Câmara Municipal de Jales “pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município, reconhecidamente como pesquisador da História da ocupação do espaço físico em nosso Município e na região”¹⁰, recebendo a Medalha XV de Abril (cujo nome se remete à data de comemoração da fundação do município) no ano de 2007.

Entretanto, dadas as muito recentes referências sobre a questão, acreditamos que passará um tempo largo para que os agricultores consigam separar o fenômeno ilegítimo da grilagem do fenômeno legítimo da aquisição das terras pelos pequenos produtores (necessário, entretanto, apenas em função da transformação da terra em mercadoria, produto da generalização das relações capitalistas no campo), possibilitado pelo longo tempo de trabalho vendendo sua força de trabalho para os cafeicultores de regiões de ocupação mais antiga. Walter Benjamin (1994, p. 223), sabiamente, já declarava que nada do que se passou pode ser perdido para a história, mas que somente uma sociedade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado. Em Michel Pollak também encontramos uma pista importante para analisar esse processo. Ele afirma que:

... quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (POLLAK, 1992, p. 7)

A região, graças ao compromisso de pesquisadores, jornalistas e da mobilização dos agricultores, está passando por esse importante momento de revisão de sua história. De derrubar as estátuas do passado e construir novos monumentos. Esperamos que nosso trabalho, que buscou destacar a força de resistência dos pequenos agricultores, contribua com esse processo.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história.” BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HAMILTON, Paula, Michael FRISH e Alistair THOMSON. “Cap. 6. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.” FERREIRA, Marieta de Moraes e Janaína. (Org.) AMADO. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- MARTINS, José de Souza. “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930.” *Revista História* 121 (1989): 5-26.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1941.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1971.

¹⁰ <http://www.camaradejales.sp.gov.br/medalhas.asp>

- MULLER, Nice Lecop. “Sítios e sitiantes no Estado de Sao Paulo.” *Boletim 132. Universidade de Sao Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 1951.
- MURUMATSU, Luís. *As revoltas do capim: movimentos sócio-agrários no Oeste paulista 1959-1970*. FFLCH-USP. São Paulo, 1984.
- NARDOQUE, Sedeval. “Renda da terra e produção do espaço urbano.” *Tese (Doutorado em Geografia)*. Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUISTA FILHO, FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA, 2007. 445.
- _____. “Jalles ronda Jales.” *JORNAL DE JALES* 12 de mar de 2006: p. 5. Caderno 1.
- _____. “Legal, mas injusto.” *JORNAL DE JALES* 26 de fev de 2006: 5. Caderno1.
- _____. “O laudêmio em Jales é ilegal.” *JORNAL DE JALES* 14 de mar de 2006: 5. Caderno 1.
- _____. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2002.
- _____. “Indústria da grilagem, negociatas e especulação na ocupação das terras em Jales.” *JORNAL DE JALES* 08 de dez de 2002: 5. Caderno 1.
- NAVA, Pedro. “Capítulo II. Oeste Paulista.” NAVA, Pedro. *Círio Perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social.” *Estudos Históricos* 5.10 (1992): 200-212.
- SANTOS, Maria Machado. “Professor Sedeval e o resgate de nossa história.” *Jornal de Jales* 19 de março de 2006: 5.